

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de maio de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leo Prates, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:

(Lê) “*Projeto de Lei nº 24.511/2022 – do Poder Executivo. Disciplina a participação de Secretários de Estado e Agentes Públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e dá outras providências.*

Projeto de Lei nº 24.512/2022 – do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a alienar o bem imóvel (extinto DERBA), de propriedade do Estado da Bahia, na forma que indica e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 24.513/2022 – do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a alienar o bem imóvel (Prédio – Calçada – Edifício Water Center), de propriedade do Estado da Bahia, na forma que indica e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 22.845/2018 – Deputado Zó. Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 24.500/2022 – Deputado Euclides Fernandes. Dá nome de José Rodrigues Guimarães a Rodovia Estadual BA-220, que liga os municípios de Andorinha e Senhor do Bonfim.”

Temos outro projeto aqui. É do aumento dos funcionários e não é por acordo, durante o decorrer da sessão tratamos dele.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton, do PSOL.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, quero saudar, aqui, o movimento LGBTQIA+...

(As galerias se manifestam.)

(...) que, com certeza, nesta tarde vai arrancar uma vitória nesta Casa. É preciso ter um posicionamento muito firme para enfrentamento aos crimes de ódio – não é? –, às atitudes e aos crimes de ódio que, hoje, estão sendo legitimados no país. E nós precisamos de várias frentes de batalha, nós precisamos de artigos, nós precisamos de fala em tribuna, nós precisamos ocupar as ruas e nós precisamos aprovar projetos. Não é possível que todo o conteúdo já tenha sido tão fartamente discutido, tantas concessões inclusive tenham sido feitas pelo movimento para que a gente tenha uma posição afirmativa em relação ao enfrentamento dessa chaga que é a situação de agressão, de violência contra a população LGBTQIA do país onde mais se mata população trans. Por exemplo, a Bahia infelizmente se destaca nesse processo e precisa dar exemplo de combate a essa situação que é insustentável.

Eu quero dizer que, hoje, os movimentos sociais... hoje, pela manhã, nós tivemos uma grande assembleia da educação. E um dos momentos que foi um momento mais emocionante, foi justamente quando nós tratamos do projeto Milena Passos. As educadoras do município se levantaram para aplaudir.

Quero dizer que a Assembleia Legislativa tem uma tarefa esta tarde, Sr. Presidente. Não dá mais para adiar, porque a luta política precisa ser feita neste país. Essas pessoas, que parecem não ter barreiras, precisam entender que elas não têm nenhuma legitimidade institucional para permanecer nessa prática absolutamente condenável.

Então, nós queremos, aqui, declarar nosso voto, que será a favor do projeto, mesmo considerando, volto a dizer, que o movimento teve de fazer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) concessões, mas graças à sabedoria do movimento e ao acúmulo que foi feito houve o entendimento de que nós estamos passando por um momento dramático e decisivo.

Eu quero dizer que aprovação desse projeto é também um grito de “Fora Bolsonaro!”.

(As galerias se manifestam.)

É um grito dessa população que está dizendo: o Brasil está descendo a ladeira em todos os aspectos: é fome, é miséria, mortalidade infantil, é crime de ódio se espalhando por este país. E a aprovação deste projeto é também um posicionamento afirmativo, de que o país deve mudar essa rota, a meu ver, através da pré-candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, parabéns ao movimento pela postura que teve de não renunciar à luta, de não desistir e por estar confiando em que esta Casa não vai trair o compromisso que foi feito, aqui no Plenário, pelas duas lideranças dos dois blocos, dos quais eu não faço parte. O nosso mandato é de esquerda, portanto independente dos dois blocos desta Casa, mas os dois blocos assumiram um compromisso. E, nós temos, Sr. Presidente, de sair daqui, nesta tarde, com este projeto aprovado.

Queria tratar também sobre a questão da educação no município de Salvador. Sr. Presidente, nós estamos passando por um processo de mobilização que está contagiando – eu diria – todo o estado da Bahia, porque, deputada Fabíola, nossa presidenta da Comissão de Educação, todo discurso que se fazia com relação à greve da educação no município de Salvador é: 2 anos de paradeira na educação. Como se os educadores não tivessem trabalhado.

Nós sabemos que isso é uma mentira. Tanto na rede municipal de Salvador, como também na rede estadual, houve trabalho remoto. Houve muito trabalho, muito desgaste desses profissionais que entenderam, na maioria das vezes, que precisavam manter o mínimo de elo com as suas turmas da educação, os quais tinham péssimas condições de desenvolver esse trabalho. É um sentimento de impotência muito grande.

Qual foi o discurso? Jai chegou, ali, da nossa APLB, as companheiras da educação estão chegando. Nós já falamos de vocês aqui, fazendo referência à luta contra as opressões.

Somente para concluir, Sr. Presidente. Ontem, nós tivemos uma manifestação maravilhosa. E o que mais chama a atenção é como a população de Salvador apoia a mobilização das educadoras e educadores do município de Salvador, Fabíola. Está acontecendo nos bairros populares, está acontecendo nas avenidas. Ontem, na Carlos Gomes, nós ficamos em frente à Secretaria de Gestão e os carros que passaram, por haver algum nível de engarrafamento, passavam buzinando, apoiando o movimento. As pessoas andando pelas calçadas e aplaudindo o movimento. Ou seja, a mentira de Bruno Reis, a mentira do Sr. Secretário, que ontem foi chamado de lixo por um grande apresentador de TV. O apresentador disse que Bruno Reis tinha de varrer esse secretário da gestão da educação municipal de Salvador. E essa é toda a expectativa não apenas das educadoras, mas de todo mundo que se preocupa com a educação do município de Salvador. Não é mesmo, Jai? É a de que esse secretário não tem nenhuma condição de permanecer.

Então a greve está forte. O governo, a prefeitura dizia que não podia passar de 4%. Hoje nós já chegamos a 11% na negociação, mas a categoria aprovou hoje que pode

fazer a negociação de 23% mais duas letras. Ou seja, flexibilizou, inclusive rompendo a questão da lei do piso, mas o prefeito Bruno Reis precisa sentar-se de maneira séria, negociar com a categoria, respeitar a educação de Salvador e a educação da Bahia.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, e dizer o seguinte: hoje 60 municípios da Bahia estão em greve pelo piso. Isso é um absurdo! Nós precisamos resolver essa situação, e o município de Salvador, com certeza, é uma grande referência.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Toda força para o movimento das educadoras...

(As galerias se manifestam.)

(...) e o movimento LGBTQIA+ que vai sair nesta tarde com uma grande vitória, eu tenho certeza.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicano/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Paulo Câmara: Falarei por todo o tempo.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos da galeria, senhores da imprensa, mais precisamente no dia 21 de março de 2021, eu trouxe ao Plenário desta Casa a forma como o governo da Bahia vinha aumentando irresponsavelmente o ICMS do combustível. Naquele momento, fui taxado pelo governador de irresponsável, de mentiroso, até tentando me levar ao conselho de ética. Há mais de um ano eu venho denunciando a prática abusiva do governo do PT quando isso diz respeito ao ICMS do combustível.

Site *Bahia Notícias*: “Arrecadação do ICMS para combustível cresceu quase R\$ 2 bilhões em 2021.” Pasmem, Sr.^{as} e Srs. Deputados! De 2015 a 202, o governo Rui Costa, do PT, arrecadou, deputada Fabíola Mansur, R\$ 37,28 bilhões no que diz respeito a ICMS de combustível. Isso afetando diretamente o transporte público municipal, a cesta básica e, acima de tudo, o frete, penalizando os baianos que mais precisam. E o que o governo tem feito com esse dinheiro? Só em 2021 arrecadou R\$ 7,22 bilhões. Absolutamente nada.

Fiz essa denúncia há mais de um ano. E hoje o site *Bahia Notícias* traz essa revelação para todos nós baianos. É a constatação de que o governo do PT da Bahia massacra a população a baiana, que o governo *fake news*, o governo da propaganda sempre utilizou do artifício para enganar. O grande ICMS, tamanho “g”, o ICMS que vem massacrando a todos nós: o pessoal do Uber, do táxi, o moto taxista, deputado Jurandy Oliveira. Não sou eu que estou inventando. Está aqui no site. E eu não vi até agora nenhuma palavra do governador o desmentindo. Na época, ele veio querer enfrentar esses deputados, e eu disse a ele que a minha biografia eu conhecia e que eu não tinha medo de nenhuma autoridade. Quanto mais dessa pessoa.

Então, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é mais uma revelação de como esse governo trata a todos nós baianos, com indiferença, com desrespeito e, acima de tudo, massacrando a todos nós.

Há outro fato que eu queria trazer. Eu trago para essa discussão o deputado Tiago Correia, que tem conhecimento de causa. É a situação com relação à Adab, deputado Tiago Correia, V. Ex.^a que é veterinário de profissão.

O governo da Bahia, nesses últimos 16 anos, desmantelou a Adab, que é Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia.

A Bahia, em setores regionais pelo Brasil, foi o único estado, este ano, em que não se conseguiu completar a vacinação da febre aftosa, deputado Jurandy Oliveira. A Bahia vai ficar mais um ano tentando completar a vacinação por falta de funcionários. Há mais de 20 anos que o governo do PT – e veja que incoerência, porque é o Partido dos Trabalhadores – não faz um concurso público para essa agência. Agência que já foi referência para Bahia e para o Brasil, hoje completamente desmantelada e aparelhada politicamente. Virou cabide de emprego para apadrinhar e apaziguar os seus correligionários. E a Bahia sofre. E o que vem fazer o governo do PT agora? Contratar 3.210 funcionários através de Reda, sem nenhum tipo de concurso público. E eu não vejo nenhum sindicato aqui falando! Como pode um sindicato desse se respeitar se, em um momento desse, não faz a defesa da sua população? Sindicato é utilizado para manobra política ou não é?

Eu não vejo nenhuma greve no governo do estado. Eu vejo o silêncio, o apaziguamento, porque estão lá todos eles apadrinhados nos cabides de emprego, a grande maioria deles. E eu não vejo nenhuma fala.

Então, não venham dizer que sindicato não é para fazer política, poucos sindicatos se respeitam. Esse daqui certamente não se respeita, porque deveria estar aqui, neste momento, defendendo a todos os servidores do estado. São 20 anos sem um concurso público e agora 3.210 apadrinhados, que serão selecionados ao bel-prazer para ingressar, para fiscalizar, quando são quase 20 anos de funcionalismo público sem um tipo de oportunidade. E, acima de tudo, sendo massacrado sem sequer um aumento.

Eu ouvi aqui a fala do deputado: 23%. Por que o governador não dá 23% aos servidores públicos? Esse governo que passou 16 anos massacrando o servidor público. Eu não vi em nenhum momento aqui a defesa da Base do Governo do PT ou da Base do Governo dizendo que o servidor merece aumento linear, merece aumento com correção inflacionária. Nada! É um silêncio ensurdecador. Agora, para fazer política e para fazer panela tem de se tirar o chapéu. Realmente, são dignos e merecem todos os nossos aplausos.

Por fim, Sr. Presidente, finalizando meu tempo, eu gostaria de parabenizar o vice-prefeito de Itambé, o vice-prefeito Bruno, que assumiu a Presidência da União dos Vice-Prefeitos do Brasil. Um jovem que se destaca, um jovem político. Filho do ex-prefeito Humberto Lopes. Sua mãe hoje é vereadora daquele município. E ele, em pouco tempo de vida pública, consegue galgar um posto desse tão importante, motivo de orgulho não só para as famílias de Itambé, mas para toda a população baiana.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados e amigos da galeria.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder do Governo ou da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar PSB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Jurandy Oliveira: Vai falar a deputada Fabíola pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo de 8 minutos, com a palavra a deputada Fabíola.

(As galerias se manifestam.)

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Primeiro de tudo, eu quero saudar esse grande movimento LGBT, que nos honra com a presença nessas galerias.

(As galerias se manifestam.)

Isso é um momento histórico, Sr. Presidente.

Mas eu queria, com a vênua de V. Ex.^a, e do vice-líder da Maioria, dizer que o tempo de fala é de 10 minutos e não de 3 minutos, Sr. Presidente, para que a gente comece a contar a partir do tempo que efetivamente a gente tem.

Sr. Presidente, hoje é um dia muito especial porque chega a esta Casa, aqui, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 22.845/2018, de autoria do deputado Zó, com articulação dos movimentos LGBTQIAP+, aqui saudado em nome Onã Rudá e de tantas lideranças que são conhecidas, porque esse projeto não vem de uma pessoa. Ele vem de um movimento que é de luta pela vida, de luta pelo amor, de luta por uma vida sem preconceito, de luta para que a gente, deputado Jurandy, tenha direito à existência cidadã, de luta pela defesa da Constituição Brasileira, porque ela diz que, efetivamente, a todos, independentemente de raça, de gênero, de orientação sexual e de religião é garantido o respeito.

É um projeto de lei ao qual esta Casa votará favoravelmente, com certeza, deputado Angelo Almeida, meu companheiro de bancada, porque ele trata exatamente de impedir, de tentar desacelerar os índices de violência que infelizmente ainda assolam o nosso país e ceifam vidas LGBTs. Tornando, inclusive, o nosso estado no segundo maior estado em violência.

Não bastassem as violências que efetivamente deveriam ser punidas com o crime já equiparado, deputado Zó, pelo STF, na ausência de uma legislação pertinente, a crime de racismo. Com efeito, o Congresso Nacional e as assembleias legislativas de todos os países, de todos – perdão – os estados não deram o progresso que deveriam à legislação favorável à comunidade LGBT, a qual represento com muito orgulho nesta Casa.

(As galerias se manifestam.)

Ouçoo muitas falas que aqui colocam como se LGBTs, deputado Hilton Coelho, não pudessem existir, não fossem família, não tivessem religião e fossem à parte da sociedade. Quando a gente chega aqui a esta tribuna para defender direitos, a gente

precisa ter o respeito dos pares desta Casa, em uma Casa que é laica e que deve defender a Constituição.

Os movimentos LGBTQIAP+ aqui presentes têm várias pessoas aqui representadas hoje nesta tribuna e nesta galeria, mas representam milhares e milhares de pessoas pelo direito de existir. Pelo direito, deputado Tiago Correia, V. Ex.^a que já expressou o seu voto e esteve presente na Comissão de Educação, na qual esse projeto tramitou... Aliás, esse projeto tramitou em três comissões. Na CCJ, que disse, com certeza, que era um projeto que estava legal e constitucional; na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jacó; e na comissão presidida por nós, a Comissão de Educação, na qual tivemos quórum e foi uma sessão histórica.

É preciso que esta Casa tenha coragem, independentemente de ideologias ou até de partidos, porque esta é uma luta suprapartidária. Quem defende a Constituição, quem defende a vida, quem defende o respeito à diversidade precisa votar favoravelmente ao PL n° 22.845/201, projeto do deputado Zó, que eu vou ter a honra de relatar mais tarde.

Esse projeto de 2018, que tramitou nesta Casa de forma não tão rápida, porque é preciso que a gente explique. Nós tivemos uma pandemia que, na verdade, fez com que o foco desta Casa em 2020 e 2021 fossem projetos voltados ao controle, ao combate à pandemia e a salvar vidas. Imediatamente, quando as sessões se tornaram presenciais, nós pautamos esse projeto. E o projeto correu e tramitou de forma célere.

Quero saudar o deputado Rosemberg e o deputado Sandro Régis. Houve um acordo. Esse acordo também aconteceu na Câmara Municipal de Salvador. Acordo esse para votar projeto semelhante, que contou também com a compreensão dos representantes da bancada evangélica. É bom que se diga: não vamos transformar um projeto que luta por direito à existência, um direito de paz, um direito ao não preconceito, um direito à não discriminação, um direito ao respeito e ao amor como uma trava, uma disputa entre evangélicos e não evangélicos.

Temos inúmeros evangélicos deputados, não deputados, pessoas que respeitam o nosso existir. Esse projeto é sobre vida, é sobre amor, é sobre o direito, deputado Jurandy, à não violência, ao não preconceito. São mortes, são desrespeitos, são não oportunidades nos diversos setores. Falta de oportunidades de emprego, falta de oportunidades na educação, falta de oportunidades de existir.

Esse projeto pune, na forma da lei já existente, a lei estadual, aqueles que cometerem atos discriminatórios contra a comunidade LGBTQIAP+. Essas punições, efetivamente, são sanções que estão na lei, uma lei à parte, uma lei estadual da administração pública que, com efeito, será aplicada à Lei n° 22.845/2018.

Quero pedir aos deputados de todos os partidos, de todas as bancadas a compreensão, para que a gente não faça da aprovação desse projeto um problema ou crie dificuldades, porque estamos aqui defendendo a vida. E isso há toda vez que alguém chega a esta Casa para defender a vida, o respeito à diversidade, independentemente de partido político e independentemente das suas concepções pessoais.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nós estamos aqui, deputado Adolfo Menezes, deputado Rosemberg, para defender a aprovação do PL nº 22.845/2018. E mais: dada a importância dos movimentos sociais que estão nestas galerias, este projeto é o quarto a ser votado hoje.

Sr. Presidente, quero oficialmente requerer de V. Ex.^a... Não só houve um acordo entre o deputado Sandro Régis...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e o deputado Rosemberg de colocar na Ordem do Dia, e o acordo foi cumprido. Está aqui na Ordem do Dia, deputado Rosemberg.

(As galerias se manifestam.)

Quero lhe agradecer e agradecer ao deputado Sandro Reis. Quero também agradecer pelo diálogo com a bancada evangélica. E dizer que nós recepcionamos algumas sugestões debatidas com o movimento LGBT, para que a gente pudesse entrar em um consenso, porque esta Casa também é a Casa do consenso. Esta Casa precisa ceder para a gente vencer no que é mais significativo, no que mais importa.

Eu quero pedir – até para não arriscar não termos uma votação desse projeto hoje, deputado Hilton, deputada Olívia – que nós invertamos a pauta e que – em respeito aos movimentos sociais LGBTQIA+, que encham essas galerias – a gente o coloque imediatamente, invertendo a pauta, para que ele seja...

(As galerias se manifestam.)

(...) o primeiro projeto a ser votado, o PL nº 22.485/2018, de autoria do deputado Zó, a quem parabenizo para que a gente consiga fazer história e honrar os compromissos que foram feitos desde a sessão passada.

É importante, deputado Capitão Alden, V. Ex.^a que tem a sensibilidade, eu tenho certeza, e está a nos filmar, que a gente faça aqui a justiça, o respeito à diversidade, o respeito à vida, o respeito às pessoas, o respeito ao amor, o respeito à existência. Então, para que a gente possa existir, para que a comunidade LGBT tenha efetivamente na Bahia, que faz história, uma lei que possa punir atos de LGBTfobia, a gente precisa aprovar o PL nº 22.845/2018. Por uma Bahia sem LGBTfobia!

(As galerias se manifestam.)

Viva o PL nº 22.845/2018! Viva a comunidade LGBTQIAP+ presente nestas galerias! E que a gente inverta a pauta!

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Hilton Coelho: Um minuto, Sr. Presidente, é muito rápido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Primeiro, mais uma vez quero ressaltar esse discurso maravilhoso da deputada Fabíola Mansur. Ela que tem toda uma trajetória, sabe do que

está falando, faz parte da comunidade, é vanguarda disso. Assim como o papel do deputado Zó, que apresentou o projeto e sabe que o movimento precisa de aliados. Parabéns ao deputado Zó, do PC do B. E quero dizer que nós não figuramos em nenhum dos dois blocos, porque estamos aqui na posição de oposição, de esquerda. Portanto, independentemente disso, Sr. Presidente, apoiamos 100% a solicitação da deputada Fabíola Mansur de que o projeto seja votado imediatamente.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputados, antes de dar seguimento, eu trago a esta Casa um ato da Mesa Diretora – em virtude das eleições, por recomendação do departamento jurídico – com a suspensão das sessões que concedem o Título de Cidadão Baiano e a Comenda Dois de Julho, a partir do dia 2 de julho. Então, é um ato da Mesa, seguindo orientação do departamento jurídico da Casa, em virtude das eleições. Os deputados que tiverem dúvidas, deputada Olívia, que mostrem algo diferente do departamento jurídico. Este presidente não quer tirar direito de ninguém, quer que a gente não incorra... Então, por recomendação jurídica, repito, durante o mês de julho... Deputada Olívia, Srs. Deputados que entenderem diferente, consultem os seus advogados e tragam os pareceres contrários. Este presidente só quer proteger a todos para não se incorrer em erro. Infelizmente, é o nosso país. Todo mundo está em campanha, mas a lei diz que não se pode fazer campanha. Então, esse país é o Brasil, infelizmente. Mas o que este presidente puder fazer irá fazer. Então, repito, por ato da Mesa, a partir do dia 2 de julho ao dia 2 de outubro não vai ser possível fazer sessões de Título de Cidadão e de Comenda Dois de Julho aqui nesta Casa por recomendação do departamento jurídico. Os deputados que acharem que há outra redação na lei do nosso país tragam os pareceres do Tribunal de Contas, do Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral, sem problema nenhum, e este presidente os acatará.

Srs. Deputados, temos a ordem de votação. Esta Casa funciona no diálogo, por acordos. Nós temos o projeto de aumento dos servidores da Casa. Nós já votamos...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu pediria só a vocês que estão nas galerias que respeitassem a Casa para eu não ter de mandar os tirar daqui. Então, nós estamos em uma democracia. Vocês se manifestaram, aqui é a Casa do Povo. Agora eu peço respeito.

Então, nós votamos aqui, na semana anterior, o aumento de 4% em uma inflação de 13% para o Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Está faltando o dos servidores da Assembleia Legislativa. Então, eu o trago a esta Casa. Conversando com os líderes da Oposição e da Situação, deputado Tiago Correia pela Oposição e deputado Rosemberg pela Situação, decidimos que vamos inverter a pauta, quando começarmos a votação, já que não há problema nenhum quanto a esse projeto. E colocá-lo em votação, o.k.?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, com relação a esse projeto dos servidores, está tudo conforme V. Ex.^a apresentou. E para esse projeto de autoria do

deputado Zó, nós fizemos um acordo, na semana passada, a fim de que ele fosse apreciado. Tanto que nós dispensamos as formalidades. Iríamos apreciá-lo exatamente naquele dia. Por acordo, nós transferimos para esta sessão.

Então, eu queria pedir a V. Ex.^a que consultasse o líder da Minoria para saber se está mantido, com relação à inversão de pauta, que esse projeto seja votado. Porque esse foi o entendimento. É lógico que não precisa ser agora, porque só na hora da Ordem do Dia é que nós vamos fazer a inversão de pauta, mas é porque houve essa combinação com o deputado Sandro Régis de dispensar as formalidades.

Quando se dispensam as formalidades, dispensa-se a ordem também. É preciso entender, porque quando se dispensam as formalidades, a ordem também está dispensada para que a gente o aprecie imediatamente. Foi esse o entendimento, nós combinamos isso com os representantes das diversas instituições aqui presentes à época, na semana passada. Então só queria lembrar para que a gente pudesse também fazer essa inversão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Caro líder, deputado Rosemberg, conversando aqui com os líderes, infelizmente, o que eles me falaram aqui, agora, é que não vai haver acordo. Então, infelizmente, me parece que nós não vamos votar esse projeto no dia de hoje.

Eu gostaria de deixar claro: o presidente pauta, o presidente não vota. Então vocês precisam entender como funciona esta Casa. Se depender de mim, não há problema. Foi acordado na sessão anterior, a gente vota daqui a pouco.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Certo.

Não há problema nenhum, eu comungo. Agora precisa convencer os líderes que não querem votar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria perguntar o seguinte ao deputado Tiago: o que o deputado Sandro Régis disse na sessão anterior? Nós fizemos todas as alterações, saímos daqui com as alterações definidas. A única divergência que havia foi o deputado Samuel, não de conteúdo, mas é porque ele não estava presente e depois ele validou o projeto.

Ainda ontem conversei com o deputado Jurailton, que foi quem ficou aqui coordenando esse debate em torno da comunidade evangélica. Conversei com todos e ficou mais ou menos nesse entendimento. E eu acho o seguinte: na semana passada, esse projeto inicial não sobrestava a pauta. Mas se por acaso o deputado Tiago Correia não assinar a dispensa de formalidade e for entrar pela Ordem do Dia, esse projeto não poderá ser votado.

E qual é a minha sugestão, deputado Tiago? É porque nós tínhamos combinado para votar, inclusive este mês, neste mês. Se nós não votarmos este mês, será no mês seguinte. E que isso estava alinhado do ponto de vista das datas, certo? E pelo acordo que nós fizemos aqui.

Queria pedir a V. Ex.^a que tentasse ver se conversava com o deputado Sandro. Ele me ligou para me dizer que estava doente e não poderia estar presente hoje. É verdade.

E verificar se a gente pode inverter essa pauta, porque a gente superaria essa questão, porque já há um consenso no projeto.

Conversei com o deputado Prisco. Ele disse que não via problema de conteúdo, para ver se a gente consegue fazer esse acordo.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Só complementando as palavras do deputado Rosemberg, na presença do líder da Minoria, deputado Tiago Correia, e da bancada, é bom que a gente reafirme, aqui, que esta Casa é uma casa de acordos, e esse foi um acordo feito, inclusive, com a concessão...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concordo plenamente, mas os deputados estão dizendo aqui que não há acordo, eu não posso forçar.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu só quero lembrar que eu sei que V. Ex.^a sempre foi democrático e recepcionou tanto o movimento quanto essa pauta muito bem. Esta Casa é uma casa de acordos, nós fizemos um acordo, que foi na semana passada. Então, na verdade, o que queremos é que o acordo, efetivamente, não seja quebrado. Com acordo, com discussão, com debate, com os movimentos, superamos e dissemos da importância de votarmos, Sr. Presidente, no Maio da Diversidade.

Nós tivemos no último dia 17, que foi na terça feira passada, o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia. Então, eu queria... Sr. Presidente, eu sei que V. Ex.^a depende do acordo da Minoria, mas eu entendo também...

A Sr.^a Olívia Santana: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) que, se está na Ordem do Dia, e entrou na Ordem do Dia por acordo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está na ordem, mas tem outros projetos na frente. Então, deputada Fabíola...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Nós estamos pedindo a inversão da pauta para este projeto ser o primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, aqui tem que ter acordo, não depende deste presidente. Se dependesse de mim, se depender de mim, a gente vota agora. Não depende de mim, V. Ex.^a tem que convencer...

A Sr.^a Olívia Santana: Pela ordem, presidente. Pela ordem!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Deixe-me terminar só minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, 1 minuto, vocês têm que convencer os líderes da Oposição, não é o presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Não, não, Sr. Presidente, eu quero aqui saudar V. Ex.^a – acabei de repetir – pela condução democrática, tanto recepcionando os movimentos quanto colocando o projeto por dispensa de formalidades. O que eu só estou lembrando a todos que nos ouvem, inclusive os deputados que estão no cafezinho e nos ouvindo

nos seus gabinetes, é que não estamos fazendo, não vamos fazer de um projeto que defende a vida, que enfrenta o preconceito...

Assim como temos que defender e ter uma postura antimachista, antirracista, nós temos que ter uma postura antiLGBTfóbica, não se trata de uma briga de oposição com situação, se trata do respeito à nossa Constituição e de se ter uma lei...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente!

(As galerias se manifestam.)

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) ter uma lei na Bahia.

(As galerias se manifestam.)

(...) Então, eu quero pedir ao líder da Minoria...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, vamos dar continuidade às falas, está na hora partidária, viu, presidente?

O Sr. Bira Corôa: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Poderíamos continuar as falas, que é o tempo que o deputado Tiago...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

A Sr.^a Olívia Santana: Gente, eu estou inscrita, então eu gostaria de falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/Avante/Patriota para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai falar, por 6 minutos, o deputado Angelo e vai falar, por 5 minutos, a deputada Olívia.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, inicialmente saudar esta Casa, que neste dia recebe essa plateia colorida. Que vocês sejam muito bem-vindos nessa luta...

(As galerias se manifestam.)

(...) desenvolvida a partir do projeto protocolado, de iniciativa do nosso querido companheiro deputado Zó, exatamente no ano de 2017. Portanto, há 5 anos que este projeto tramita na Casa.

Aproveitar a oportunidade para fazer um apelo ao líder da Oposição, que ora assume essa tarefa, o deputado estadual Tiago Correia. Dizer, deputados e deputadas, que este país, ontem, recebeu uma trágica notícia, mais uma tragédia que aconteceu por meio da ação de forças policiais, coincidindo também com outra tragédia nos Estados Unidos da América em que mais de 20 pessoas foram mortas, assassinadas, através de armas letais.

Enquanto isso, vivemos um momento em que o presidente da República é o patrocinador-mor do uso indiscriminado de armas neste país. A quantidade de violência aumentando e a quantidade de armas também aumentando em profusão vão nos colocando em uma situação de vulnerabilidade. E este público que está aqui hoje, que representa esse segmento importante da sociedade brasileira, a comunidade LGBTQIA+, espera desta Casa uma resposta, espera desta Casa a responsabilidade de

aprovar, de poder apreciar e votar, um projeto extremamente importante para este segmento da sociedade.

Quero dizer, Sr. Presidente, que será uma frustração muito grande para todos nós, nós que acreditamos que, acima de tudo, estão a cidadania e a liberdade que as pessoas têm para desenvolver-se da forma que quiserem...

A luta de vocês é a luta do PSB, por isso eu quero, aqui, saudar a minha companheira Fabíola Mansur, que vem, como uma brava guerreira, fazendo este debate com muita qualidade nesta Casa. Acredito que ainda há tempo, peço a vocês também, encarecidamente, que compreendam que aqui é a Casa do acordo, dos diferentes. Nós somos Situação, democraticamente é assim que funciona o Parlamento, lá é Oposição. Nós esperamos, viemos aqui hoje com esta esperança de termos o projeto aprovado, porém, caso esse acordo não aconteça hoje, aqui, agora, mantenham a resiliência, mantenham a paciência e a fé, porque eu acredito que ele será aprovado nesta Casa ainda neste ano de 2022.

(As galerias se manifestam.)

Então, deputado Tiago, meu querido amigo, venho aqui, novamente, ratificar esse nosso apelo para que esse público bonito, que veio colorir esta Casa nesta quarta-feira, não saia daqui com a frustração de não ter o projeto aprovado no dia de hoje. Mas não perderemos a esperança.

Acredito, Sr. Presidente, que nós temos muitas tarefas a cumprir. Amanhã, por exemplo, deputado Paulo Câmara, o governador Rui Costa estará em Feira de Santana. E quando V. Ex.^a fala de educação, é preciso olhar um pouco para o que está acontecendo de real neste estado, são R\$ 3 bilhões de investimentos em novas unidades escolares com um padrão de escola nunca visto na história da Bahia. Em Feira, três novas escolas serão construídas, e eu tive a oportunidade de conhecer uma dessas escolas em fase de acabamento.

Eu gostaria de convidar os deputados da Oposição para que possam conhecer a escola da Vila Canária, que está praticamente pronta, e o governo do estado deve entregar esse primeiro modelo de escola, que vai inaugurar ainda agora, no mês de agosto, dentro em breve, para o povo da Bahia. Porque, se V. Ex.^{as} têm alguma expectativa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de realmente virem a assumir o governo do estado – eu acho que vai acontecer, creio, tenho certeza de que não agora –, é preciso que comecem a aprender como é que se faz educação com o padrão Rui Costa de governar e de fazer escola.

Quero concluir dizendo que, em 2 anos de pandemia, em minha cidade Feira de Santana, o prefeito Colbert Martins teve 2 anos para reformar as escolas, com R\$ 250 milhões em caixa, deputado Jurandy...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

No caixa! Dinheiro do precatório do Fundeb no município de Feira. Mas as escolas estão lá, literalmente, em petição de miséria. Em 2 anos ele não conseguiu reformar nenhuma escola.

Portanto, concluo, presidente, aqui, retomando o meu apelo ao meu amigo Tiaguinho Correia para que cumpra esse acordo, e votemos o projeto ainda no dia de hoje.

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar União Brasil/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 19 minutos.

Não há orador?

A Sr.^a: Olívia Santana (fora do microfone): Oxente! Sou eu. Sou eu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, este é o tempo da Oposição, deputada.

O Sr. Angelo Almeida: Tinha passado 6 minutos para mim e 6 minutos para ela.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, são 8 minutos de tempo para o PCdoB/Avante.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não! São 5 minutos dela.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: É luta por cima de batalha!

Boa tarde, gente, boa tarde a todas e todos, e quero saudar de uma maneira muito especial, muito respeitosa, a comunidade LGBTQIA+, que está aqui, nesta Casa, porque confiou nesta instituição.

(As galerias se manifestam.)

Essas pessoas estão aqui hoje, deputado Bira Corôa, porque ouviram, na quarta-feira passada, a declaração do líder da Oposição, Sandro Régis, de que votaria o PL Milena Passos hoje.

(As galerias se manifestam.)

Essas pessoas ouviram do nosso líder Rosemberg, que está aqui cumprindo a palavra dele, o compromisso dele, que estaríamos, todas e todos, aptos a votar.

Eu quero lembrar que esse PL só não foi aprovado na semana passada porque um deputado, que nem estava aqui, nesta Casa, botou o pé em cima, botou obstáculo e disse que não votaria. Foi feito um esforço no sentido de demover esse deputado, de convencê-lo, e pactuou-se que quem não quisesse votar a favor poderia não votar, mas estava muito explícito que a grande maioria queria, sim, votar e dar a sua contribuição a um projeto que é tão importante.

Essa questão que está posta não pode ser transformada em elemento de intolerância religiosa. Essa questão que está posta aqui é uma questão que diz respeito à defesa da vida, porque homossexuais, transexuais, muitas vezes, são agredidos e

agredidas psicologicamente, muitas vezes são agredidos, espancados, e os estabelecimentos não fazem nada.

Esse projeto estabelece os mecanismos de punição administrativa para esses estabelecimentos públicos ou privados que violentem, que presenciem, que se transformem em espaços de violência contra essas pessoas.

Eu não entendo! Deveriam estar aqui, na verdade, todos os 63 deputados e deputadas para votarem a favor, sem ninguém colocar obstáculos a um projeto dessa natureza porque quando se colocam obstáculos... Imaginem, nós estamos em pleno século XXI, e você diz que não vai votar um projeto que, quando você o lê, você vê que é para punir quem pratica a violência contra essas pessoas.

Então, quem não quer votar o projeto está querendo dar mole, garantir o direito, o pseudodireito, de quem quer praticar a violência?

(As galerias se manifestam.)

Isso é uma inversão! É uma inversão de valores! E esta Casa não pode compactuar, deputado Rosemberg, com esse tipo de coisa!

Quero dizer que só me resta 1 minuto e 36 segundos e eu quero, sim, responder à fala do deputado Paulo Câmara. Estou aqui, estive, junto com o deputado Hilton, hoje pela manhã, na assembleia das professoras e professores municipais, que estão em greve, deputado Paulo Câmara, porque a prefeitura, diferente do governo do estado, não quer pagar, deputado Angelo, o piso salarial! Eu... Não diz respeito à prefeitura decidir se paga ou não paga, porque essa é uma decisão de lei, 32,24% de aumento do piso salarial dos professores.

O deputado deveria se lembrar que aqui, nesta Casa, foram votados dois projetos. Um deles concedeu aumentos que variavam de 4% até 12%, houve professores que receberam. Depois foi votado um segundo PL, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que foi a matéria do reajuste do piso salarial dos professores, deputado Rosemberg.

A prefeitura não está fazendo nem uma coisa, nem outra. A prefeitura não quer pagar o piso, e os professores têm o direito, sim, de fazer greve, de ir para as ruas, de fazer a luta. O sindicato não pode ser qualificado como irresponsável, nem como pelego, porque está fazendo greve lá, e não está fazendo greve cá.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não fez cá porque não foi necessário, se fosse necessário, faria.

Portanto, Jai, você que é diretora da APLB, que estava hoje, pela manhã, lá, eu quero que você saiba, conte com a nossa solidariedade, nós vamos marchar, sim, na luta dos servidores professoras e professores, trabalhadoras e trabalhadores da educação, que lutam pela valorização, não quer nem mais, nem menos.

Eu estava em Brasília na conquista do piso salarial, então não é um benefício, não é uma esmola, uma benesse de qualquer gestor, é uma conquista que o movimento sindical, o movimento da classe trabalhadora conquistou e tem que ser assegurado. Se

Salvador não pagar, o bicho vai pegar, as professoras vão para rua, e nós estaremos juntos lutando com vocês.

E aqui é a Assembleia...

(O deputado Angelo Almeida assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Para concluir, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Eu concluo, deputado Angelo, fazendo um apelo: tem gente que quer ficar no tempo do atraso e tem gente que quer avançar! Eu quero lembrar que Jesus Cristo impediu que Madalena sofresse feminicídio...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Deputada Olívia, para concluir, por gentileza.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Ele impediu e salvou a vida daquela mulher. Então, eu quero dizer que os pseudoreligiosos precisam defender a vida da população LGBT, que está morrendo por causa desse tipo de truculência.

(As galerias se manifestam.)

Ame o próximo como a si mesmo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Obrigado, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar UB/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 19 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Prisco e, pelo tempo de 14 minutos, este deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Com a palavra o deputado Prisco por 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, demais membros desta Casa, na semana passada, Sr. Presidente, vimos uma verdadeira aberração, o secretário de Segurança Pública da Bahia dizer que era a favor da liberação da maconha, dizer que se sentava entre colegas e fumava maconha de forma normal e tranquila, cometendo um crime, que é o da apologia às drogas.

Na mesma semana em que a Bahia viveu uma onda de violência, sangue derramado por todos os bairros de Salvador, nós vimos o secretário de Segurança Pública cometendo um crime. Ainda deixou no site do governo, o site oficial do Ceprev, e não vimos o governador do estado tomar providência alguma.

O povo da Bahia quer saber o que é que esse secretário tem em mãos, que o governador do estado não toma uma providência para retirá-lo do cargo. Está claro para todo mundo que algo acontece. É a Operação Faroeste? É a operação dos respiradores? O que é que o secretário tem na manga, de tanta merda que ele falou e ainda colocou no site institucional do governo, e ninguém faz nada na Bahia?

Três policiais militares foram assassinados, bares e restaurantes estão sendo fechados, uma hamburgueria com mais de 20 anos na Bahia foi fechada por causa da

onda de assaltos... A violência impera em todos os bairros de Salvador, seja ele de classe alta ou baixa, e aí nós vemos o secretário fazer uma apologia às drogas, crime tipificado no Código Penal Brasileiro. E o que é que a gente vê do povo do governo? Um silêncio absurdo! Nada se fala sobre isso.

A Bahia entregue ao crime. A Bahia do medo. E esse governador no silêncio. O tempo vai chegar, espero que chegue antes de 2 de outubro, que a Polícia Federal, que os órgãos responsáveis, batam na porta, não só do secretário, porque o que ele cometeu foi um crime, apologia às drogas.

Infelizmente o governador do estado não teve coragem nem peito para exonerar o secretário naquele ato ali. Infelizmente a Bahia está entregue como está, é a essa segurança pública que o povo da Bahia tem direito hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Com a palavra o deputado Luciano Simões... perdão, o deputado Tiago Correia por 14 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde a todos os colegas que nos acompanham nesta sessão de quarta-feira, todos os servidores, amigos das galerias, imprensa.

Sr. Presidente, venho mais uma vez a esta tribuna, já está ficando chato, líder Rosemberg, falar do ICMS dos combustíveis.

Hoje saiu uma matéria que diz que a arrecadação com ICMS sobre combustíveis na Bahia cresceu quase R\$ 2 bilhões – bilhões, bi, R\$ 2 bilhões –, em 2021, em relação ao que foi arrecadado em 2020. Em 2020, foram arrecadados 5 bilhões, 230 milhões de reais; e no ano passado, 7 bilhões, 220 milhões de reais, meus amigos. São R\$ 2 bilhões a mais de arrocho no bolso dos consumidores.

É aquela máxima que eu trago para dizer e rebater as afirmações de que a Petrobras visa o lucro dos seus acionistas, e eu digo que o maior acionista da Petrobras é o governo do estado da Bahia, que, só na gasolina, arrecada 28% do valor da bomba sem sequer produzir um barril de petróleo, sem sequer prospectar um barril de petróleo, sem sequer refinar um barril de petróleo, sem sequer correr nenhum risco, Sr. Presidente.

São R\$ 2 bilhões a mais retirado do bolso do contribuinte, e do contribuinte pobre, porque o alimento que ele come é transportado por um veículo movido a combustível, o serviço que ele contrata, um encanador, um eletricista, vem muitas vezes numa moto, num transporte público, que é movido por combustível.

Sr. Presidente, não dá para aguentar. A Bahia é o único estado que não aliviou a carga do ICMS do transporte público coletivo. Alguns estados zeraram, sendo que o combustível é o maior componente no preço do transporte público, e nós estamos vendo empresas quebrando. Nesse início de ano, já foram três. O transporte público metropolitano está um caos, em vias de parar. E se o governador não tem sensibilidade para reduzir o ICMS como nós indicamos, de forma geral, para todos os baianos, que pelo menos tenha pena dos que usam o transporte público, Sr. Presidente.

Foram 7 bilhões, 220 milhões de reais. Esse é o lucro que o governo tem com o aumento dos combustíveis. Ele fala: “Ora, eu não aumentei a alíquota”, mas o preço subiu. E aí culpa a política de preço da Petrobras, diz que quem lucra são os acionistas, e o que nós vemos é o governo enchendo o bolso e gastando mal, aplicando mal esses recursos.

Quando eles afirmam que nunca se investiu tanto em educação, e a Bahia é o pior estado em educação, com um dos piores Idebs, com o maior índice de analfabetos adultos, é porque o dinheiro está sendo mal investido. Quando a Bahia é campeã em violência, e há pouco mais de uma semana saiu no Mapa da Violência, campeã em assassinatos – é um dos poucos estados que aumentaram, o Rio de Janeiro diminuiu, outros estados do Nordeste diminuíram, e a Bahia só cresce –, mostra mais uma vez que o recorde de aplicação desses recursos, muitos deles do ICMS dos combustíveis, estão sendo mal aplicados.

Então, Sr. Presidente, é realmente uma afronta à população, como eu digo, principalmente à população mais pobre. O ICMS é o maior componente de impacto na inflação, é o combustível, nós temos aí a gasolina mais cara do Brasil, o óleo diesel mais caro do Brasil e o recorde... e o recorde de arrecadação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É o seu presidente.

O Sr. TIAGO CORREIA: Não, não, deputado Rosemberg, é porque os outros estados aliviaram. É o nosso governador. São R\$ 7,2 bilhões, R\$ 2 bilhões a mais. É um absurdo! Não é o presidente, é o governador, ele não tem sensibilidade. Todos os governos dos estados já reduziram o ICMS, menos a Bahia. Mas esse gráfico aqui saiu no site *Bahia Notícias*, eu peço que todos acessem, ele é muito esclarecedor.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que me traz a esta Casa é falar da mola propulsora do nosso estado, a agropecuária, responsável por mais de 27% do PIB do ano passado. Eu venho também exaustivamente falando, nesta Casa, do sucateamento da Agência de Defesa Agropecuária (Adab), foram diversas vezes que subi aqui denunciando e apontando. Hoje não temos sequer um carro 4x4 à disposição da agência, se tivermos qualquer surto infeccioso em algum lugar e estiver chovendo, a agência não chegará, os veículos estão abandonados.

Concurso? Acho que há mais de 20 ou 30 anos não temos quadro de pessoal. E o governo do estado, de maneira eleitoreira, me lança um Reda para contratar auxiliares de fiscalização. Ora, não tem nem quadro para auxiliar. Esses contratados vão auxiliar quem, se nós não temos médicos veterinários, se nós não temos engenheiros agrônomos? Os que tinham ou se aposentaram, ou já estão perto de se aposentar.

Esse é um órgão que talvez seja um dos mais importantes do nosso estado, todos os outros órgãos de fomento à agropecuária foram extintos, a EBDA foi extinta, enfim, os programas, o Cabra Forte, todos eles foram extintos, Sr. Presidente, e estão querendo acabar agora com a Adab. Apresentaram um plano, recentemente, de modernização que, na verdade, fecha os escritórios dos municípios, concentrando-os em grandes centros. Ora, como é que um pequeno produtor rural irá a um escritório da Adab, a 200 quilômetros de onde ele mora, para emitir uma simples GTA?

Então, Sr. Presidente, realmente é revoltante, sabendo que todos os que estão aqui hoje, ou pela manhã, ou na hora do almoço, ou agora no jantar, vão consumir algum alimento que foi ou deveria ter sido inspecionado por algum agente da Adab, seja ele o leite, seja ele o queijo, seja ele a carne, seja ele a fruta, seja ele o grão que consumimos.

Essa agência, que já foi exemplo para o país poucos anos atrás, era uma das melhores agências de defesa, hoje ela é a pior agência de defesa do Brasil. Isso é dito não por mim, mas pelos próprios técnicos. E o governo vem agora com um Reda, no apagar das luzes, para querer aparelhar um importante órgão, contratando veterinários e engenheiros agrônomos que sequer poderão exercer o papel de fiscais porque ao trabalhador Reda não é permitido, então eles serão auxiliares de fiscalização. Na verdade, eles não têm nem quadro no órgão hoje para poder auxiliar. Então, é uma verdadeira vergonha, Sr. Presidente.

Nós ingressamos com uma ação popular contra esse Reda, dizendo também que já houve um mandado de segurança coletivo, pela própria Asserf, contra esse Reda. E nós não vamos permitir essa excrescência, esse absurdo com que tratam, talvez, um dos principais produtores de emprego, produtores de renda, produtores de alimento, que é a agricultura do nosso estado.

Nós não vamos permitir e queremos, aqui, convocar todos os colegas, que a própria Bancada do Governo peça ao governador, que, nós sabemos, é uma pessoa urbana, não tem nenhum tipo de intimidade com o meio rural... Há um tempo, num discurso, ele disse que gostava muito de beber leite de bode, mostrando realmente que não tem... Ele é urbano, ele nasceu na nossa capital, a gente entende, mas não é porque ele não veio do campo que ele não deve ser assessorado por bons técnicos, que ele não deve ver o campo com bons olhos, sabendo que é o principal gerador de empregos, principalmente empregos para o povo do interior, que é hoje quem pode segurar, inclusive, as pessoas que buscam as capitais e que hoje lotam as nossas periferias, aumentando os índices de homicídios, aumentando os índices de latrocínio, aumentando o consumo de drogas.

Então, Sr. Presidente, é realmente revoltante. Eu, como médico veterinário, estagiei naquela agência e sinto vergonha de dizer que hoje temos a pior agência de defesa agropecuária do Brasil, inclusive, e é bom que toda imprensa saiba, a Bahia está perdendo o direito de ser um dos estados livres da febre aftosa sem a necessidade de vacinação, isso aconteceria neste ano. E justamente pelo governo não fazer o dever de casa, talvez nós ainda sejamos o único estado do Brasil livre da febre aftosa, mas obrigado a realizar a vacinação. Isso é um prejuízo de bilhões de reais para todos os produtores e para toda a nossa cadeia produtiva.

É isso que eu trago, Sr. Presidente, e é bom lembrar que hoje as relações diplomáticas vencem qualquer barreira, com conversa, com diálogo, mas as relações sanitárias, e nós vemos no mundo afora, elas são intransponíveis.

Muito em breve, a Bahia poderá estar sem poder exportar fruta, sem poder exportar peixe, sem poder exportar carne, sem poder exportar os seus produtos porque nós não temos segurança sanitária em nosso estado.

É isso que eu trago. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Obrigado, deputado Tiago.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 19 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, há uma inversão aí, porque o deputado Adolfo, quando presidia, ele iniciou com a Minoria, ele fez uma inversão. Agora é o bloco do PCdoB/Avante/Patriota, são 8 minutos e falará, pelos 8 minutos, o deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Com a palavra, por 8 minutos, o deputado Zó.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Depois, presidente, vai para o outro final do PT, porque se iniciou com o deputado Paulo Câmara.

O Sr. ZÓ: Caro colega Angelo Almeida, presidente *ad hoc* desta sessão, colegas deputadas, colegas deputados, Movimento LGBTQIA+, saudação muito especial pela presença, pela mobilização, pela coragem. (Palmas)

Eu estou aqui, nesta tribuna, hoje para tentar fazer com que as pessoas entendam. Houve um acordo de líderes na semana passada e eu gostaria muito de...

A gente, meu colega Samuel, a gente teve tempo para ler, naturalmente, esse projeto que está aqui desde 2018. Compreendo a necessidade da bancada evangélica, por uma série de aspectos, inclusive religiosos, de sua base eleitoral, de analisar o projeto a fundo, entender. Fizemos algumas concessões. Precisamos discutir, naturalmente. Mas há esse projeto e a gente gostaria muito de que esse projeto fosse votado hoje porque ele não fere nenhum interesse da sociedade, não fere interesses de setor nenhum da sociedade, meu caro colega Josafá, pelo contrário.

Esse projeto foi proposto pelo deputado Zó, mas é um projeto construído por aqueles que sofrem a discriminação no dia a dia. São as pessoas LGBTQIA+. Naturalmente, no meio dessa turma que está aí alguns deles já sofreram agressão física, algumas delas já sofreram a agressão física. Quem já sofreu agressão física aí levante a mão.

(A maioria dos presentes nas galerias levantou a mão.)

Não é algo pequeno, é uma proporção de mais da metade. Se for contar a agressão da discriminação no dia a dia, do empurrão, do olhar feio, da fala acintosa, é uma agressão enorme.

Eu quero falar aqui que, se imaginar os cristãos, os cristãos durante anos, séculos, sofreram discriminações. Lutaram para passar por cima das discriminações. Ocupam, hoje, um espaço importante na sociedade e um espaço majoritário no Brasil e em diversos países no mundo.

Esse projeto aqui é um projeto...

Vamos imaginar, queridos amigos da bancada evangélica, que nós estivéssemos na idade... há muitos séculos, há muitos milênios e fossem os cristãos que estivessem sendo discriminados, como já foram, querido Samuel. Hoje, a maioria é cristã.

Então, peço a vocês que com o sentimento do amor, meu querido Jurailton, meu querido José de Arimateia, meu querido pastor Ubaldino, com o amor propagado por Jesus Cristo, que permeia e que, certamente, habita as igrejas, é com esse amor que eu peço que vocês olhem para esse projeto, não como uma disputa política entre a esquerda e a direita, (palmas) não como a disputa política entre o PCdoB e a bancada evangélica, entre a esquerda e a bancada evangélica. Quero que vocês olhem para esse projeto como um projeto que é contra a violência, a violência que sofrem os negros, os LGBT, as mulheres, o preconceito que sofrem os nordestinos. Nós, nordestinos, sofremos preconceito e, certamente, vocês, como nordestinos, sofrem também. Quantas vezes uma palavra, uma ofensa é dirigida a nós, Jurailton, porque somos nordestinos. Às vezes, o próprio evangélico sofre discriminação de um certo setor, porque há isso também.

Então, é essa a discussão que a gente tem que levantar aqui porque qualquer preconceito contra LGBT, contra evangélico, contra negro, contra nordestino tem que ser combatido. Hoje são os LGBTs, amanhã pode ser qualquer outra entidade e outra categoria.

E é isso o que eu peço, imagine se a gente se colocasse aqui... se fosse eu, um parente, um amigo meu que estivesse do lado de lá como LGBTQIA+ você aceitaria?

E eu falo aqui para os deputados... Porque já houve deputado, em São Paulo, acho, contra a Érica Malunguinho, que combateu o projeto e, no final, era homossexual, porque às vezes quer posar para a bancada. E a gente tem que entender que qualquer forma de preconceito tem que ser combatida, e é isso o que o projeto prevê hoje.

O próprio Capitão Alden, que está filmando...

Para quê filmar?

Isso aqui é público, não queira intimidar, colega deputado. Isso aqui é público. O que a gente fala aqui...(palmas)... A gente é constituído pela opção de voto do povo baiano. Eu venho aqui representando um setor importante, que somos nós do sertão baiano, do semiárido baiano, que somos muito discriminados. Inclusive aqui, na capital, eu falo como sertanejo, como gente do sertão baiano e, às vezes, um cara ironiza a minha fala. Estou pouco me lixando! Enquanto não me agredir, vou continuar falando do mesmo jeito, da mesma forma que a turma LGBTQIA+ vai continuar sendo LGBTQIA+.

(As galerias se manifestam.)

Então, essa é questão que a gente tem que entender, colocar-se na condição dos outros, porque qualquer forma de preconceito... Se amanhã a bancada evangélica sofrer algum preconceito e trazer para cá, meu caro colega, José de Arimateia, eu estarei do lado da bancada evangélica, contra o preconceito contra os evangélicos.

Por isso, eu peço aos colegas evangélicos, da bancada evangélica, por quem tenho todo o respeito, vamos botar o projeto na pauta.

Não há nada aqui de disputa, meu caro colega Samuel, Jurailton, Talita, não há nada aqui de disputa entre Oposição e Situação, não há nada de disputa aqui. Há aqui

uma grande vontade da sociedade baiana de corrigir um erro, porque já era para se ter votado esse projeto há muito tempo, como fez a Câmara Municipal de Salvador. Nós é que estamos atrasados. Lá, na Câmara Municipal de Salvador, a bancada evangélica conseguiu superar e o projeto foi para a pauta. É praticamente o mesmo projeto que está na Assembleia Legislativa da Bahia.

Por que é que a gente não vota? Acho que a gente pode chegar a um consenso e botar esse projeto na pauta. Porque esse projeto...

Inclusive, chamo os colegas que estiverem à disposição para subscreverem o projeto. Colega Hilton, se V. Ex.^a quiser subscrever esse projeto, V. Ex.^a que tem sido tão combatente aqui, o Marcelino Galo, a Olívia Santana, a Fabíola Mansur, os outros colegas deputados e deputadas que quiserem subscrever esse projeto, fiquem à vontade, porque eu não quero ser dono de projeto.

Essa causa é muito maior do que o deputado Zó ou de qualquer deputado desta Casa. Esse projeto, essa pauta, é contra a violência, é pelo respeito e é pelo amor. E é por isso que esta Casa deve votar e vai votar, para a gente vencer, hoje.

(As galerias se manifestam.)

Gente, um abraço. Valeu e vamos à luta. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Obrigado, deputado Zó.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 19 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 6 minutos, falará o deputado Bira; por 6 minutos, o deputado Jacó; e por 7 minutos, o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Para usar a tribuna, o deputado Bira Corôa por 6 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidoras desta Casa. Com muito respeito, em especial, à comunidade LGBTQIA+ nesta Casa.

(As galerias se manifestam.)

Sr. Presidente, Srs. da Imprensa, nós estamos aqui testemunhando mais um ato de violência e, acima de tudo, de desrespeito à diversidade em nossa sociedade. Esta Casa não pode se permitir ser um instrumento de exclusão de uma realidade do nosso povo. Aqui não estamos, senhores e senhoras, discutindo interesses pessoais, não podemos colocar confrontos religiosos, não podemos discriminar cidadania e direito de cidadão.

Na semana passada, exaurimos aqui o debate, a discussão, na busca de um acordo, a condição de aprovarmos o projeto, no mesmo modelo do que foi aprovado na Câmara Municipal de Salvador, por entendermos que a comunidade LGBTQIA+ não está aqui pedindo favor, está exigindo direitos e respeito.

(As galerias se manifestam.)

Não poderia ser diferente o papel desta Casa.

Aproveito, líder Rosemberg, aproveito, líder da Minoria, para chamar a atenção sobre o nosso trabalho, o nosso compromisso, o nosso papel de construirmos aqui, neste exato momento, a unidade para aprovarmos esse projeto que diz respeito a assegurar direitos constitucionais, que valoriza e que respeita a vida, que não depõe contra princípio religioso, porque apenas se vai buscar, acima de tudo, a consolidação da sociedade que todos nós defendemos, de uma forma direta ou indireta, que é a sociedade igualitária onde todos e todas tenham acesso e direitos garantidos, o respeito acima de tudo.

Então, não poderia ser diferente neste momento.

Faço um apelo aos que ainda estão com dúvida em relação ao projeto, um apelo a aqueles que ainda acham que tensionar em contrário é avançar. Avançar é ter a capacidade de dialogar, de encontrar fórmulas conjuntas e fazer valer a democracia.

A comunidade LGBTQIA+, quero repetir, Sr. Presidente, não vem a esta Casa buscar favores, ela vem a esta Casa exigir direitos. E nós estamos aqui, Sr. Presidente, para respeitar toda e qualquer manifestação da sociedade, estamos aqui para assegurar direitos que já constam da nossa Constituição, assegurar o, que é de fato e de direito, conquistado por uma luta de muitos e muitos anos.

Quero parabenizar o deputado Zó por ter tido a iniciativa de trazer para esta Casa uma matéria tão importante, tão significativa para o tempo em que estamos vivendo. Não podemos negar o direito constitucional que esse projeto de lei assegura.

Então, não poderia ser diferente a minha fala. Dizer que estou aqui respeitando e aprovando, acima de tudo, o direito constitucional da comunidade LGBTQIA+, porque esse projeto não resolve a situação da discriminação vivida, mas constrói um instrumento legal para se combater a violência que acomete essa comunidade.

Então, Sr. Presidente, não quero me alongar mais, faço, aqui, um apelo aos líderes da Oposição e da Situação, faço um apelo a todos os pares desta Casa, não podemos empurrar esse projeto por mais um dia, não podemos deixar de aprovar um projeto que trouxe a esta Casa um segmento que ora está entre os mais excluídos da nossa sociedade. Por isso, senhores e senhoras, faço um grande apelo, vamos encontrar o diálogo e garantir a aprovação.

Sei do esforço de todos e todas, mas sei também do reconhecimento de compromissos que foram apresentados aqui na sessão passada, quando o líder da Oposição nos assegurou que nesta semana esse projeto seria aprovado... votado, desculpem-me, aprovado, não, votado.

E aí, Rosemberg, nosso líder, faço o apelo aos que não concordam, o direito lhe é concedido, votem contra e deixem que o projeto venha para discussão, para aprovação.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. BIRA CORÔA: Impedir a matéria de ser aprovada é negar o nosso compromisso e as nossas ações nesta Casa.

Aqui eu tenho três direitos ao voto: o voto favorável, o voto contra ou a abstenção. Use um dos três, mas não impeça que essa comunidade tenha o direito de ter o seu projeto avaliado nesta Casa, aprovado ou não.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Com a palavra o deputado Jacó por 6 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colega deputado Angelo Almeida, colegas deputados e deputadas, pessoal da imprensa, a turma LGBTQIA+ na plenária, um abraço para todo mundo, turma da *TV ALBA*, do cafezinho.

Sr. Presidente, gostaria de, inicialmente, parabenizar a população de Canavieiras, porque, hoje, aquele município completa 131 anos de emancipação política. Queria saudar e parabenizar toda a população de Canavieiras na pessoa do prefeito Almeida, prefeito que tem se destacado, tem o apoio da população, um homem de luta. Na pessoa dele, quero saudar todo o povo daquela terra abençoada. Pense em um lugar bonito, acolhedor, de gente boa, um lugar preservado, um lugar extremamente impressionante! Vale a pena visitar o município de Canavieiras, conhecer aquelas belezas.

Gostaria também, Sr. Presidente, de mandar o meu abraço... Hoje, eu recebi em meu gabinete o vereador Naldo, do município de Ibotirama, município da região Oeste da Bahia, companheiro de luta, que está lá, junto com o povo daquela terra, resistindo e construindo experiências de mandatos parlamentares que têm o envolvimento e a participação dos movimentos sociais e da agricultura familiar daquele município.

Gostaria também, Sr. Presidente, me permita, de me solidarizar com os professores da rede municipal de Salvador que estão em estado de greve, numa situação de extrema dificuldade. Os professores e a educação no município de Salvador são desrespeitados. O município se recusa a pagar o piso, não há diálogo. Eu gostaria, aqui, de me solidarizar com todo o conjunto dos professores da rede pública.

Gostaria também de aproveitar, aqui, a oportunidade e fazer um desafio para a imprensa que nos acompanha aqui, nesta tribuna e neste parlamento, porque nós estamos vendo no Congresso Nacional a febre das emendas secretas. Gostaria de sugerir a vocês que perguntem sobre as máquinas e equipamentos que estão sendo entregues pela Codevasf e pelo Dnocs. Procurem saber quem são as entidades que estão recebendo e vão atrás, vão atrás para ver o que é que vocês vão achar. Desafio!

Façam esse trabalho, colaborem com as sociedades baiana e brasileira, mostrem para o povo da Bahia e do Brasil para onde é que boa parte dessas emendas, do orçamento secreto para a compra de máquinas e equipamentos, efetivamente, estão indo, para vocês verem para onde é que o dinheiro do povo brasileiro está indo.

É o povo passando fome, com osso de primeira e osso de segunda, e a gente vendo as farras das máquinas e do orçamento secreto. Queria deixar essa dica e essa sugestão.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar toda a população LGBTQIA+ da Bahia pela sua luta. Gostaria de dizer a todos vocês, parabéns pela luta! A luta coletiva vale a pena! Vocês estão fazendo história aqui, na Bahia. O que vocês estão fazendo de construção de diálogo aqui, dentro desta Casa, é a cidadania, sim, é a cidadania plena, porque esta é a Casa do Povo e hoje é o dia da justiça. Hoje é o dia de Xangô e esta Casa precisa fazer justiça, este Parlamento precisa votar esse projeto.

Por isso, eu queria conclamar todos os meus colegas parlamentares desta Casa, vamos, sim, votar esse projeto, porque, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, nós não podemos admitir que qualquer cidadão seja agredido, seja violentado. Imaginem que uma pessoa vai à rua, apanha, é xingada, é desrespeitada e não dá em nada. Se for um homossexual, é crime; se for um LGBT, está tudo certo. Isso está certo? Nós não podemos aceitar. Isso é revoltante! Nós precisamos preservar os direitos humanos.

Essa população é perseguida, é massacrada, e esta Casa tem o dever de fazer essa reparação, de fazer justiça. Hoje, como é o dia da justiça, quero pedir, aqui, encarecidamente aos nossos colegas deputados que votemos esse projeto, porque ele é um anseio da população LGBTQIA+ da Bahia, é um avanço para a Bahia, e eu não tenho dúvida de que esta Casa não vai se furtar ao debate, que esta Casa vai aprovar, sim, esse projeto.

Um forte abraço para vocês e força na luta.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Obrigado, deputado Jacó.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Para usar da palavra, o deputado Rosemberg pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores, representantes das diversas entidades que compõem a nossa Galeria Paulo Jackson.

Sr. Presidente, estou acompanhando esse debate e acho que, talvez, deputado Tiago Correia, nós deveríamos buscar um entendimento, porque o que está por trás não é o conteúdo, deputado Prisco, porque no conteúdo nós já firmamos todas as pactuações. Aqui, quando nós saímos na semana passada, houve um compromisso do deputado Sandro Régis, junto comigo, que nós dispensaríamos as formalidades.

É bem verdade que o deputado Sandro disse: “Eu não vou forçar ninguém a votar a favor ou contra, mas assinarei a dispensa de formalidades”.

E dispensar as formalidades significa que esse projeto pode ser votado a qualquer momento e interrompe, inclusive, a sequência de votação. É assim quando a gente abre mão das formalidades.

Por isso que eu quero pedir ao deputado Tiago, em nome do deputado Sandro, que a gente aprecie esse projeto.

Do conteúdo não há nenhuma divergência. Conversamos com os diversos segmentos aqui, católicos, evangélicos, de todos os setores, e há uma concordância no conteúdo. Apenas se discute se pode ou não pode sair da posição em que ele se encontra para ser o primeiro a ser votado. Eu acho que é um gesto pelo qual nós estaríamos fazendo o bem à sociedade, o bem às pessoas que se sentem agredidas todos os dias na obscuridade.

(As galerias se manifestam.)

Por isso, deputado Prisco, deputado “Tiaguinho”, queria pedir vênia a V. Ex.^a para que a gente cumprisse, de fato, a dispensa de formalidades.

Com relação aos combustíveis, do que V. Ex.^a falou aqui, na realidade, ninguém pode questionar, nem o governador Rui Costa e nem qualquer governador dos estados brasileiros, porque quem decide o percentual dos impostos é a casa legislativa de cada estado. Quem definiu aqui o valor do ICMS sobre o combustível, ou qualquer outro, foi esta Casa Legislativa, não foi o governador Rui Costa. E o governador não pode alterar o percentual do ICMS se não passar por esta Casa Legislativa, sob pena de prevaricação por abrir mão de receita.

Então, não é verdade o que V. Ex.^a fala aqui. O que V. Ex.^a tenta defender e não consegue, e eu lamento bastante, é a política que o presidente de vocês definiu como política de combustível.

Ainda hoje os jornais estamparam: “Se não aumentar o diesel vai faltar diesel no Brasil”. Sabe por quê, deputado Tiago? É porque a política de combustível do governo federal é a de reduzir o refino no Brasil para importar derivados, dando mais lucratividade para os investidores da Petrobras. É a dolarização dessa relação de *commodities* que o petróleo, hoje, tem no mundo inteiro.

Nos nossos governos, nos governos do Partido dos Trabalhadores, a política era a política nacional interna. Por isso que o preço do combustível no Brasil era diferenciado, porque nós não achávamos justo a gente ter óleo, capacidade de refino e a população pagar mais caro. Por isso.

Então, é a política de preço do governo federal com relação ao petróleo que deve ser modificada.

É por isso que todo dia eu digo aqui, a responsabilidade é de alguns que elegeram esse presidente e hoje têm vergonha de dizer que é aliado do presidente. (Palmas) E nós precisamos assumir uma posição mais crítica em relação a essas questões.

Eu não tenho nenhum problema e já disse aqui, não mudei de posição, sempre defendi o ex-presidente Lula. Ainda, nós, da Bancada do PT, alteramos os nossos nomes para incluir o nome do ex-presidente Lula... (palmas) ...em cada nome nosso para dizer que nós entendíamos que era uma injustiça o que se estava fazendo.

Nunca escondi nem nos momentos mais difíceis em que se dizia que o presidente Lula estava preso porque tinha cometido crime e depois se verificou que quem cometeu crime foi o Sérgio Moro, que hoje não pode sair às ruas porque tem medo da população.

Então, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, deputado Tiaguinho, tenho um carinho muito grande por V. Ex.^a, é a política de preço do governo federal que está levando o preço dos combustíveis à estratosfera, não é o governador Rui Costa.

O governador Rui Costa não alterou um centavo sequer, um percentual sequer no índice de ICMS, seja dos combustíveis ou de qualquer outro produto.

Por último, Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex.^a que pudesse chamar aqui – talvez interromper por 5 minutinhos – o líder Tiago, junto comigo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para ver se a gente pactuava essa inversão da pauta. Não é nem inverter a pauta, porque quando se dispensam as formalidades a pauta automaticamente é alterada e esse projeto passa a ter a prioridade. Então, ele é que tem que ser votado inicialmente aqui; e depois, nós vamos para os outros projetos da pauta. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Obrigada ao deputado Rosemberg, atendendo à solicitação do deputado Rosemberg, nós vamos suspender a sessão por 5 minutos. Solicito ao meu querido amigo Tiago Correia que compareça à presidência.

(Sessão Suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Declaro reaberta a sessão, mas o diálogo continua. Como ainda estão tentando um entendimento, vamos suspender a sessão por mais 10 minutos.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Reaberta a sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem o deputado Rosemberg, líder.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, contando aqui com o apoio do deputado Tiago, nós sugerimos que... a ideia é que nós colocássemos...

Há um projeto do Executivo que está na Ordem do Dia...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Qual é a proposta que nós estamos construindo? O deputado Prisco colocou que um projeto do Executivo está sobrestando a pauta. A dispensa de formalidades seria a inversão da pauta, e depois se lê o projeto do Executivo. Qual é a proposição para o acordo? Votaríamos o projeto do deputado Zó e nós suspenderíamos a sessão. E votaríamos esse projeto do Executivo na sessão seguinte. Em vez de colocar o do Executivo agora e ele pedir vista para o projeto de Zó ser na outra sessão, nós inverteríamos e colocaríamos esse projeto de Zó e o votaríamos nesta sessão, agora. O projeto do Executivo iria para outra sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Deputado Rosemberg, V. Ex.^a está expondo uma proposta de acordo e é necessário que o líder da Oposição esteja atento a essa proposta para que a gente possa construir o acordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sim, sim, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Uma coisa é a conversa feita, aqui, no bastidor; a outra é a gente ter a atenção do líder para ele... (Pausa)

Deputado...

(Pausa)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Voltou de novo?

O Sr. Zó: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem o deputado Zó.

O Sr. Zó: Eu só queria, presidente, até porque sei que essa rainha apoia a causa LGBTQIA+, deixar registrado o seguinte. A gente deu entrada numa moção de aplauso pelos 50 anos de passagem da nossa rainha Ivete Sangalo...

(As galerias se manifestam.)

(...) a ser comemorado sexta-feira que vem, lá, em Juazeiro, Bahia. A nossa terra querida é Juazeiro; naturalmente, a minha terra, terra dela e tantas outras pessoas que moram lá.

Por coincidência também, é o aniversário da minha querida amada e companheira Lu. No mesmo dia, nós vamos fazer a festa do aniversário da rainha Ivete e da minha companheira de mais de 30 anos, minha querida e amada Luciane, minha esposa.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Zó: Valeu!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Parabéns, deputado Zó.

O Sr. Zó: Está todo mundo convidado, viu. Só não vou mandar a passagem, porque é muito gente querendo ir. Mas está todo mundo convidado. Juazeiro, sexta-feira, comemoram-se os 50 anos de Ivete; lá é o centro da música brasileira.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, líderes, deputado Tiago Correia...

(Pausa)

O acordo pressupõe que os líderes das Maioria e Minoria se manifestem. Vamos ver se... Agora, é preciso que um ouça o outro.

Tanto que já pedi a atenção do deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vamos ver se dá mais 5 minutinhos, aí, para ver se a gente consegue aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Nós vamos, então, mais uma vez, suspender a sessão por 10 minutos para tentarmos avançar com este acordo.

(Sessão suspensa.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Angelo..., deputado Angelo..., há dois projetos da Mesa Diretora da Casa. Eu acho que a gente deveria votar esses dois projetos; e depois, a gente retornaria à pauta.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Reaberta a sessão.

Eu quero, aqui, fazer justiça. Acabei de falar com o líder da Oposição, deputado Sandro Régis, que está com febre, segundo ele, com mais de 40 graus. Ele, realmente, está com a voz muito abatida. Infelizmente, talvez, pela falta dele neste momento, a gente não tenha conseguido avançar, embora tenhamos tentado à exaustão.

Portanto, neste sentido, nós vamos dar continuidade à sessão, entrando na Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Vamos iniciar com o Projeto de Lei nº 24.558/2022 que (lê) “*dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, das funções comissionadas símbolos FC-1 a FC-8, das funções gratificadas, dos proventos de aposentadoria e as pensões da Assembleia Legislativa, na forma que indica, e dá outras providências.*”

Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Para relatar, com a palavra o deputado Bira Corôa.

(Pausa)

Bira saiu? Líder, quem vai relatar o projeto?

(Pausa)

Bira Corôa está presente.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^{as} e Srs. Servidores, neste exato momento, passo a relatar o projeto da Mesa Diretora desta Casa.

(Lê) “O Projeto de Lei nº 24.558/2022 dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, das funções comissionadas símbolo FC-1 a FC-8 das funções gratificadas, dos proventos de aposentadoria e as pensões da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na forma que indica e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa Decreta:

Art. 1º – Os valores dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, as funções comissionadas com símbolos FC-1 a FC-8 e as funções gratificadas do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, constantes dos Anexos III e IV da Lei nº 13.801, de 14 de novembro de 2017, ficam majorados em 4,0% (quatro por cento) a partir de 01 de janeiro de 2022.

§ 1º - Os proventos de aposentadoria e as pensões alcançados pela paridade constitucional serão revistos na mesma proporção, data e condições previstas nesta Lei.

§ 2º - O reajuste previsto no caput não se aplica às gratificações cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre os vencimentos.

Art. 2º - O art. 34 da Lei nº 8.971, de 05 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 34 - O servidor poderá requerer a conversão de 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, cuja concessão ficará a critério da Administração.’

Art. 3º – As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao vigente Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2022.

Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, 25 de maio de 2022

Deputado Adolfo Menezes

Presidente

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva

1º Vice-Presidente

Deputado Marcelinho Veiga

2º Vice-Presidente

Deputado Bobô

3º Vice-Presidente

Deputado Paulo Câmara

4º Vice-Presidente

Deputado Júnior Muniz

1º Secretário

Deputado Alan Sanches

2º Secretário

Deputado Soldado Prisco

3º Secretário

Deputada Neusa Lula Cadore

4ª Secretária

Justificativa

A presente proposta tem por objetivo reajustar os vencimentos dos servidores efetivos e as funções comissionadas e gratificadas que integram o quadro da Assembleia Legislativa, aplicando-se o mesmo percentual de reajuste utilizado pelos Poderes Executivo e Judiciário, bem como pelo Ministério Público e Tribunais de Contas.

Cuida-se, também, de alterar dispositivo da Lei nº 8.971/2004, de modo a facultar à Administração a concessão ou não do abono pecuniário (transformação em pecúnia de um período de um terço das férias), que atualmente depende da exclusiva requisição do servidor. A modificação proposta decorre do entendimento de que deve competir à Administração a decisão quanto à necessidade do servidor permanecer em serviço durante dez dias das suas férias, tendo em consideração critérios de conveniência e oportunidade.

(Às Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Srs. Deputados, o projeto é legal e constitucional.

Por isso, opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.558/2022.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em primeiro turno, **por unanimidade, o Projeto de Lei nº 24.558/2022.**

PROJETO DE LEI Nº 24.558/2022

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, das funções comissionadas símbolos FC-1 a FC-8, das funções gratificadas, dos proventos de aposentadoria e as pensões da Assembleia Legislativa, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º – Os valores dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, as funções comissionadas com símbolos FC-1 a FC-8 e as funções gratificadas do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, constantes dos Anexos III e IV da Lei nº 13.801, de 14 de novembro de 2017, ficam majorados em 4,0% (quatro por cento) a partir de 01 de janeiro de 2022.

§ 1º - Os proventos de aposentadoria e as pensões alcançados pela paridade constitucional serão revistos na mesma proporção, data e condições previstas nesta Lei.

§ 2º - O reajuste previsto no caput não se aplica às gratificações cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre os vencimentos.

Art. 2º - O art. 34 da Lei nº 8.971, de 05 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 - O servidor poderá requerer a conversão de 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, cuja concessão ficará a critério da Administração.”

Art. 3º – As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao vigente Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2022.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de maio de 2022.

Deputado Adolfo Menezes
Presidente

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva
1º Vice-Presidente

Deputado Júnior Muniz
1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga
2º Vice-Presidente

Deputado Alan Sanches
2º Secretário

Deputado Bobô
3º Vice-Presidente

Deputado Soldado Prisco
3º Secretário

Deputado Paulo Câmara
4º Vice-Presidente

Deputada Neusa Lula Cadore
4ª Secretária

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Em discussão o Projeto de Resolução nº 3.021/2022, que altera o art. 1º da Resolução nº 2019, de 7 de julho de 2021.

Para relatar a matéria, designo o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Para relatar a matéria, designo o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, aqui se encontra, originário da Mesa Diretora desta Casa, o Projeto de Resolução nº 3.021/2022 que altera o art. 1º, da Resolução nº 2.019, de 07 de julho de 2021.

Tal projeto resolve os prazos e as datas previstos nos §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1.316/2003 ficam suspensos em caráter excepcional e exclusivamente para os exercícios de 2021 e 2022, prevalecendo, para estes, o exercício anual, iniciando-se em 01 de janeiro e findando-se em 31 de dezembro.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo verificados os prazos previstos.

Neste sentido, sou pela sua aprovação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Obrigado, deputado Rosemberg.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): No âmbito das comissões, em votação o parecer do relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.021/2022.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 3.021/2022. (Publicado no DOEL em 27/5/2022)**

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria saber o seguinte. Nós vamos inverter a pauta ou vai seguir a pauta normal?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Vamos continuar a Ordem do Dia com o requerimento do deputado Aderbal Caldas, já com a assinatura...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, para inverter a pauta, eu disse ao deputado Tiago... Eu não tenho nenhum problema. Assinei a dispensa de formalidades. Se é para inverter, não pode ser invertido este, e o outro não valer, quando a gente dispensa as formalidades.

Aí, não pode ter dois pesos e duas medidas.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Então, correto, deputado.

Acatada a sua proposta.

Então, para esta sessão, fica prejudicada a inversão da pauta deste projeto.

Há, sobre a Mesa, o Projeto de Lei nº 24.511/2022, originário do Poder Executivo, que disciplina a participação de secretários de estado e agentes públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e dá outras providências.

Para relatar a matéria, designo o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Para relatar a matéria, designo o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, vou relatar o parecer.

(Lê) *“Parecer das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.511/2022, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Disciplina a participação de Secretários de Estado e Agentes Públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e dá outras providências.’*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo ‘disciplinar a participação de Secretários de Estado e Agentes Públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, possibilitando ao Estado da Bahia a articulação em âmbito nacional relativa à gestão das políticas públicas relacionadas a matérias específicas, bem como a criação de um ambiente de intercâmbio técnico entre os seus integrantes, refletindo diretamente em ganhos de eficácia e efetividade dos órgãos envolvidos’, conforme registra o Senhor Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que ‘a participação da Bahia nessas reuniões, cumpre salientar, coloca o Estado numa posição estratégica de influenciar e contribuir com soluções em diversos aspectos sociais, trazendo crescimento e desenvolvimento ao Estado’. Além disso, visa ainda a proposição ‘alterar a Lei nº 14.017, de 24 de outubro de 2018, com o objetivo de adequar o regulamento da compensação com créditos de precatórios, próprios ou de terceiros, de débitos de natureza tributária, inscritos na dívida ativa, às modificações introduzidas na Carta Magna.’

O projeto estabelece condições para a participação de Secretário de Estado e Agente Público titular de órgão ou unidade cuja relevância e alcance ensejem a participação nas referidas entidades, quais sejam: pertinência temática, demonstrada a partir do cotejo do objeto e finalidade da entidade privada com o conjunto de atribuições da Secretaria de que é titular o agente político; demonstração do interesse público na participação do agente político, reconhecido por ato do Governador; regularidade jurídica da entidade; regularidade fiscal relativa às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal do seu

domicílio ou sede, em especial à Fazenda Pública do Estado da Bahia; e regularidade trabalhista e previdenciária da entidade, em especial a regularidade relativa à Seguridade Social, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e quanto ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Cuida, por fim, a proposição, de promover alterações na Lei nº 14.017, de 24 de outubro de 2018, para adequar o regulamento da compensação com créditos de precatórios, próprios ou de terceiros, de débitos de natureza tributária, inscritos na dívida ativa, às modificações introduzidas na Constituição Federal, facultando 'ao credor de precatórios, nos termos do inciso I do § 11 do art. 100 da Constituição Federal, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente são próprios ou adquiridos de terceiros, reconhecidos pelo Estado ou por decisão judicial transitada em julgado, para quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa estadual até 25 de dezembro de 2017, inclusive em transação resolutiva de litígio, e, subsidiariamente, débitos com a administração autárquica e fundacional (art. 1º-A, cuja introdução na Lei é proposta).

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2022.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Quero pedir vista do projeto, Sr. Presidente.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Pela ordem! Pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem o deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, como este projeto, ele está...

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: (...) sobrestando a pauta, a sessão, automaticamente, fica impossibilitada de votar outros projetos. Eu lamento bastante. Vou conversar, na próxima sessão, com o deputado Sandro; com todo respeito ao deputado Tiago que conduziu a liderança. Mas nós fizemos um acordo de dispensa de formalidades, e a dispensa de formalidades previa a prioridade do projeto de autoria do deputado Zó.

Eu espero que a gente possa consertar isso na próxima sessão...

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Senão, é muito ruim, para todos nós, acordos serem desfeitos ao andar, certo?, dos processos. Então, aqui, pelo menos, nesta Casa, nós temos, como regra, a validação dos acordos feitos. Eu lamento que a gente tenha rompido uma combinação da sessão anterior para esta.

Reforçando a posição do deputado Sandro, ele não garantiu os votos, mas ele garantiu a dispensa de formalidades para que nós votássemos; e a sua Bancada pudesse votar a favor ou contra. Mas o que se viu, aqui, nesta sessão, foi o descumprimento da dispensa de formalidades, impedindo que o projeto fosse debatido, tramitado e votado na Casa, no dia de hoje. (Palmas)

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, está encerrada a sessão, já que foi deferida a ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem a deputada Fabíola, primeiro.

O Sr. Bira Corôa: Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu quero, me associando às palavras do deputado Rosemberg. Lamento que a gente não possa, no maio da diversidade, maio em que exatamente se celebra o Dia Internacional de Luta Contra a LGBTQIA+fobia, maio, e todos os anos, todos os dias, onde a gente deveria cumprir a Constituição, combatendo o preconceito, a gente não votar este projeto.

Quero dizer, aqui, ressaltando o acordo descumprido, em função de ter sido garantido, não os votos, porque a gente entende que é prerrogativa de cada deputado votar de acordo com a consciência, em que pese o respeito à vida. O enfrentamento contra o preconceito deveria ser um dever de votação de cada um, qualquer representante legislativo.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que o acordo descumprido, infelizmente, derruba a sessão, porque o primeiro projeto está sobrestando a pauta; e, ao derrubar a sessão, impede que a gente vote hoje.

O deputado Sandro Régis e o deputado Rosemberg garantiram, sim, através da dispensa de formalidades, a votação do projeto hoje. E esta votação, com o pedido de vista do deputado Prisco, infelizmente, derruba.

Quero me dirigir ao Movimento LGBTQIAP+, hoje ocupando estas galerias, para dizer que nós resistiremos e não desistiremos.

(As galerias se manifestam.)

O projeto será votado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem o deputado Hilton Coelho; em seguida, o deputado Jacó.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, queremos registrar, também, a indignação do PSOL em relação ao que aconteceu hoje nesta Casa, considerando todo o trajeto que nós fizemos.

Na semana passada, parecia estar tudo consolidado: o acordo feito, o conteúdo deste acordo muito bem definido, deputada Fabíola Mansur, de uma forma que nós não estamos discutindo a frustração de uma bancada de deputados e deputadas que têm compromisso com a questão.

Mas, a meu ver, ao que nós estamos assistindo é a frustração da própria sociedade civil, que veio na esperança...

(As galerias se manifestam.)

(...) de ver esta Casa se erguer contra a violência e contra a discriminação em relação à população LGBTQIA+.

Eu acho que a Casa perde muito, porque muito discurso foi dado de que a questão não era partidária; que, independente de determinadas características ideológicas, o projeto iria passar. Mas o que a gente está vendo é este projeto se arrastar de alguma forma. Ao mesmo tempo, isso decepciona a sociedade que poderia ter a expectativa de que esta Casa respondesse à vontade da população.

Nós ficamos muito tristes. Mas, ao mesmo tempo, nós temos de converter a nossa tristeza em indignação. E, na próxima semana, isso estará com mais força para sair desta Casa, de fato, com a vitória da sociedade civil; infelizmente, não da sensibilidade de uma parte dos deputados que, a meu ver, traiu o acordo feito.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Pela ordem o deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, eu gostaria de me somar às falas anteriormente feitas. É lamentável, de repúdio, de indignação pelo fato de uma quebra de acordo. Mas eu gostaria de chamar atenção da conveniência, porque a conveniência de uma parcela dos parlamentares desta Casa é tão grande que eles não se preocuparam em desmoralizar o líder da Oposição.

Eu queria chamar atenção deste Parlamento para o seguinte fato. O que vocês estão vendo hoje, minha gente, é uma desmoralização de um líder de um bloco desta Casa. Tamanho preconceito. Isso nunca aconteceu. (Palmas) Eu nunca vi isso nesta Casa.

Deputada Fabíola, todos os acordos, repito, todos os acordos construídos nesta Casa sempre foram cumpridos pelos líderes das Maioria e Minoria.

E nós estamos vendo que o líder da Minoria assumiu o compromisso nesta Casa. Isso está registrado nos Anais desta Casa. Infelizmente, por ele não estar hoje, ficou demonstrado que seus colegas não têm respeito pela liderança dele; e desautorizaram e desmoralizaram o líder Sandro Régis, hoje, nesta Casa. Lamentável.

E quero me solidarizar com o líder Sandro Régis, porque, com certeza, se ele estivesse presente aqui, isso não teria acontecido. É lamentável! (Palmas) Eu acho que o mais grave é exatamente isso, é lamentável. É, extremamente, grave o que está acontecendo aqui.

Para os companheiros e as companheiras, quero dizer que a nossa luta continua. Nós não vamos arredar o pé, nós não vamos abaixar a cabeça até que este projeto seja aprovado nesta Casa. Eu não tenho a menor dúvida, deputado Rosenberg Pinto, que, na semana que vem, com a presença do líder Sandro Régis nesta Casa, ele vai cumprir a palavra dele, e este projeto vai ser votado. Eu não tenho a menor dúvida.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Zó: Presidente, questão de ordem.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Deputado Euclides Fernandes, o deputado Jacó fez questão de ordem antes de V. Ex^a. Perdão.

Com a palavra o deputado Zó; depois, V. Ex.^a, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Zó: Presidente, primeiro, eu queria registrar uma palavra que o líder Sandro Régis colocou na semana passada. Eu acredito muito no Sandro. Infelizmente, ele não estava aqui, hoje. Na semana passada, não foi possível. Esta semana, com o acordo das lideranças, ele iria para a pauta. A ausência do líder Sandro Régis muito provavelmente comprometeu este acordo. Eu queria deixar este registro de muito respeito ao líder Sandro Régis.

Agora, quando eu usei a palavra cristão, é porque Cristo... Quando eu usei o nome de Cristo, é porque eu achei que eu ia convencer, já que esta turma se diz cristão, que eu ia conseguir convencê-los pelo amor de Cristo.

(As galerias se manifestam.)

Mas nem isso convenceu. E eles não conseguiram levar e entender o objetivo deste projeto. Não entenderam ou não quiseram entender, porque muita gente, aí, está jogando para a plateia, saem daqui dizendo o seguinte: “Ó, conseguimos segurar o projeto.”

O projeto vai ser aprovado, porque eu já consultei desde Jurandy Oliveira, o mais velho parlamentar desta Casa, o mais experiente, que está aí com a propaganda contra a LGBTfobia...

(As galerias se manifestam.)

(...) a parlamentares da Base da Oposição que vão votar a favor, e a imensa maioria, talvez, a maioria da Base da Oposição.

Então, o projeto está garantido.

Eles só estão ganhando tempo para fazer um teatro para base eleitoral deles.

Então eu queria falar isso, porque quando eu falei, ali, do amor de Cristo, é que eu queria convencê-los pela pregação das palavras de Cristo, que são de amor. Mas, na verdade, eles têm muito ódio no coração, e não cederam...

(As galerias se manifestam.)

(...) para entender que é um direito que a pessoa tem que ter.

Por isso, eu falei “tentei convencê-los” pela doutrina, pela questão da religião deles. Mas, infelizmente, demonstraram, mais uma vez, que eles, de Cristo, eles não têm nada, pois eles têm é muito ódio no coração.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Nós estamos convocando uma sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após do encerramento desta.

O Sr. Euclides Fernandes: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Devemos apreciar o Projeto de Lei nº 24.558/2022.

Antes do encerramento, para uma última questão de ordem, com a palavra o deputado Euclides Fernandes, por gentileza.

Nós pedimos silêncio, por gentileza.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, V. Ex.^a está sendo, aí, o presidente *ad hoc*, porque o titular não está presente. Mas V. Ex.^a está com todas as atribuições, toda a competência que lhe dá o Regimento Interno.

Pelo que eu percebi, o líder da Minoria assinou a quebra de formalidades. Por isso, o projeto está na pauta da sessão de hoje. V. Ex.^a tem que ter, realmente, a verdadeira coragem de não deixar se submeter a um grupo de deputados estaduais, levado pelo princípio da linha deles, atrapalhar o Plenário no dia de hoje com o projeto em pauta.

Eu peço, Sr. Presidente, que V. Ex.^a aja como presidente. Para isso, o Regimento lhe dá este poder, e bote o projeto em pauta, respeitando, acima de tudo, a vontade da maioria da Casa de Leis da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Deputado Euclides Fernandes, com todo respeito que tenho a V. Ex.^a, este presidente tem muita coerência na sua vida. Não tem assinatura de dispensa. Não tem. Foi feito um acordo de boca. Não foi feita a assinatura.

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, então, o projeto não deveria estar em pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Por gentileza...

O Sr. Euclides Fernandes: O projeto não deveria estar em pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): O senhor acabou de informar aí...

O Sr. Euclides Fernandes: Foi publicado no Diário Oficial. Está em pauta. Tem de se ter respeito à pauta estabelecida para a sessão de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Almeida): Deputado, não houve assinatura de documento. Então, o senhor fez uma questão de ordem colocando algo que não existe. Não houve assinatura.

Então, a gente está convocando uma sessão extraordinária para votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 24. 558/2022, para 1 minuto após o encerramento desta sessão.

Declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alan Castro, Dal, Fátima Nunes Lula, Niltinho, Robinho e Rogério Andrade Filho. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.